

Juan Chong é especialista da UNESCO em Planificação Educativa no Projeto PNUD-BRA/70/550 Planejamento de Recursos Humanos, e preparou este documento especialmente para ser utilizado no Seminário realizado na Ceilândia. Apresentamos a primeira parte do trabalho por situar os conceitos básicos de Educação Ambiental

"O comportamento do homem na biosfera depende da sua compreensão e percepção do meio ambiente e da sua posição com relação a ele. Em consequência, é evidente que não se pode alimentar a esperança de encontrar soluções viáveis aos problemas do meio ambiente se não se modifica adequadamente a educação geral, em todos os níveis, para que as pessoas de todas as camadas sociais possam compreender, desde a infância, as interações fundamentais entre o homem e o seu meio ambiente. Existe, em geral, uma falta de programas de educação que organizem o processo de educação ambiental desde o início, dentro e fora do sistema escolar formal" (Unesco, Plano a Médio Prazo - 1977 - 82, 1976, págs. 294 - 295).

Dentro disso deve ser estabelecida uma distinção entre o planejamento a nível global ou macro e o planejamento a nível de base ou micro. Ambos os níveis não se excluem mas sim se complementam. Mas já que a educação ambiental procura "entrosar com maior harmonia cada pessoa ou grupo no sistema ambiental do qual faz parte e do qual depende a sua vida", o instrumento operacional adequado vem a ser o micro - planejamento.

Em outros termos, o planejamento é um instrumento de desenvolvimento. Quando se aplica a nível nacional, este se conhece como macro - planejamento. Quando este instrumento se utiliza em outros níveis, especialmente a nível local ou de base, denomina-se micro - planejamento. Então, a aplicação da técnica do planejamento a nível de Ceilândia, é a utilização do micro - planejamento para alcançar determinados objetivos de desenvolvimento da comunidade.

Por outro lado, se sabe que o planejamento geral ou global fixa os objetivos para a sociedade em conjunto e destes se desprendem os relativos aos diferentes setores, entre os quais se encontra o setor educação. No mesmo sentido, quando o planejamento se aplica ao setor educação, temos o planejamento educativo. Quando este é aplicado à educação ambiental, então se tornará um instrumento para o planejamento da educação ambiental. Como no presente caso se pretende estudar alguns aspectos metodológicos do planejamento a nível de Ceilândia e no campo da educação ambiental, trata-se em consequência do micro - planejamento da educação ambiental.

Um ponto adicional que convém mencionar é o de que o planejamento a nível micro está mais próximo da realidade. Em termos gerais pode se dizer que os indicadores utilizados a nível global referem-se a uma realidade médias, quer dizer a uma realidade imaginária. Na medida que se limita o espaço de aplicação do planejamento, vai se concretizando, cada vez mais, uma determinada realidade. O micro - planejamento permite, assim, uma aproximação mais adequada para a solução de problemas concretos.

Para caracterizar o micro - planejamento como instrumento de desenvolvimento da educação ambiental, convém ter em conta os objetivos específicos do processo de educação ambiental, propostos na "Reunião Regional de Peritos em Educação Ambiental da América Latina e do Caribe": (Programa Internacional de Educação Ambiental da Unesco - PNUMA - Reunião Regional de Peritos em Educação Ambiental da América Latina e do Caribe, Bogotá, Colômbia, 24 - 30 de novembro de 1976, pág. 14). a) Aquisição de conhecimentos que permitam apreender, com todas as suas nuances e implicações presentes e futuras a problemática ambiental, local, nacional e mundial. Este tipo de conhecimentos dá ao educando novas perspectivas, que transcendem as do sucesso ou a satisfação imediatos para abranger todo o contexto social atual e se projetar para o futuro.

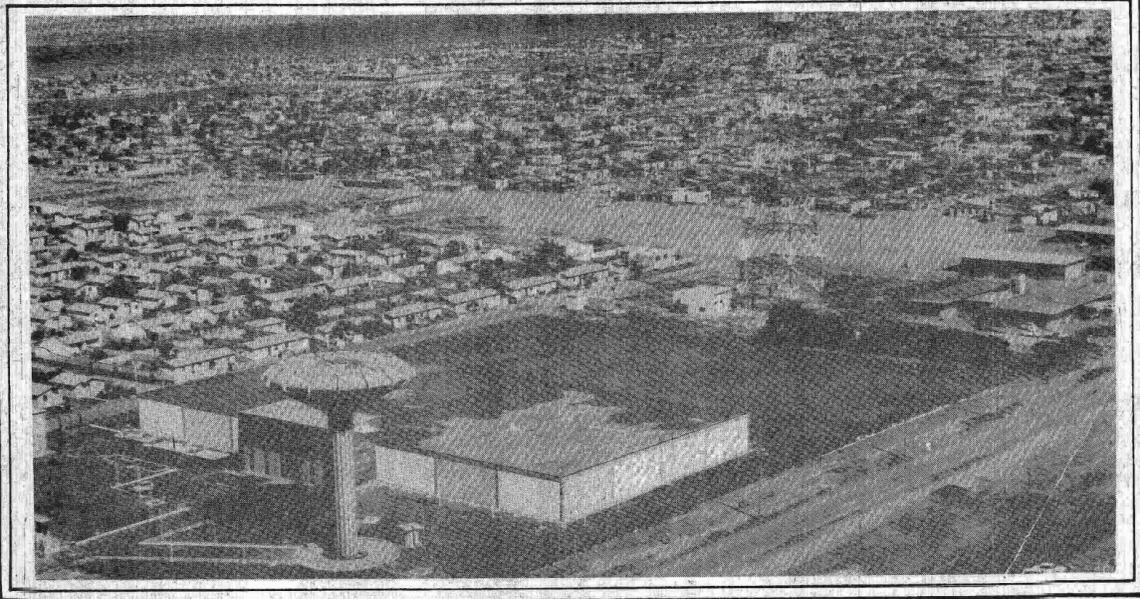
b) Desenvolvimento de valores e atitudes individuais e coletivas tendentes a criar uma interação mais harmônica, positiva e permanente entre o homem e o meio criado por ele, por um lado, e o meio natural por outro. A educação ambiental se propõe superar uma necessária normatividade coercitiva prévia mediante a formação de uma disciplina consciente, cujas pautas serão assinaladas por esses novos conhecimentos e valores.

c) Desenvolvimento de capacidades e habilidades científicas, sociais e técnicas, que permitam aos indivíduos e comunidades participarem como cidadãos e integrantes de grupos sociais diversos (de trabalhadores, científicos, técnicos, políticos, planejadores, etc) na solução de problemas ambientais de cada lugar e época.

Com o mesmo propósito é necessário considerar aqui o assinalado no Seminário Internacional de Educação Ambiental, realizado em Belgrado, Iugoslávia, no que diz respeito às metas de ação e de educação ambiental e aos objetivos da mesma:

"A Meta da ação ambiental é melhorar

O microplanejamento como veículo de desenvolvimento da educação ambiental (Caso Ceilândia)



as relações ecológicas, incluindo as do homem com a natureza e as dos homens entre si".

"A meta da educação ambiental é: conseguir que a população mundial tenha consciência do meio ambiente e se interesse por ele e por seus problemas relacionados e que tenha conhecimentos, aptidões, atitudes, motivação e desejo necessários para trabalhar individual e coletivamente na procura de soluções para os problemas atuais e prever os que possam aparecer futuramente".

"Os Objetivos da educação ambiental são:

1. Consciência: Ajudar o indivíduo e os grupos sociais a adquirirem maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas relacionados.

2. Conhecimentos: Ajudar os indivíduos e os grupos sociais a adquirirem uma compreensão básica do meio ambiente na sua totalidade, dos problemas a ele relacionados e da presença e função da humanidade nele, o que implica numa responsabilidade crítica.

3. Atitudes: Ajudar os indivíduos e os grupos sociais a adquirirem valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente, que os estimule a participar ativamente na sua proteção e melhoramento.

4. Aptidões: Ajudar os indivíduos e os grupos sociais a adquirirem as aptidões necessárias para resolver problemas ambientais.

5. Capacidade de avaliação: Ajudar os indivíduos e os grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, econômicos, sociais, estéticos e educativos.

6. Participação: Ajudar os indivíduos e os grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e para que tomem consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas do meio ambiente, para assegurar a adoção de medidas adequadas a respeito."

Em termos gerais podemos dizer que o micro - planejamento é o instrumento que permite a organização da ação com uma orientação para o futuro. Tendo em conta esta breve definição e os aspectos sobre educação ambiental mencionados anteriormente, podemos propor que o micro - planejamento da educação ambiental, deva ter as seguintes características principais:

- I) ser integral e integrada
- II) ser interdisciplinar
- III) ser um instrumento de fácil manipulação
- IV) ser um instrumento que permita a participação de diversos grupos populacionais
- V) permitir uma ação permanente e contínua
- VI) basear-se em objetivos e não somente em recursos.

Com relação à primeira característica, o micro - planejamento deve considerar as múltiplas interações tanto na análise dos diferentes problemas quanto no planejamento das soluções e estratégias da educação ambiental. A característica de integralidade do micro - planejamento permite considerar as ações dentro da educação no seu conjunto o "ensino supletivo", treinamento de mão - de - obra,

(etc) e informal (como por exemplo os programas de rádio e televisão) da educação.

Quanto ao seu caráter de integração deve-se assinalar que os objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 - 79) representam o marco orientador para o microplanejamento.

No documento Seminário Regional de Bogotá, já citado, encontramos que "Na América Latina, os problemas do meio ambiente estão estreitamente ligados aos do desenvolvimento. Em consequência, nesta região não podemos falar de preservação sem ter em conta a necessidade de imprimir um desenvolvimento que permita satisfazer as necessidades básicas das suas populações e elevar consistentemente a qualidade de vida na região". Neste ponto convém mencionar os seis aspectos propostos dos objetivos e opções nacionais do II PND, já que apresenta o marco orientador do microplanejamento da educação ambiental: "Manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de aumento das oportunidades de emprego de mão - de - obra superiores às do decênio anteriores, as quais já superaram a do crescimento da mão - de - obra que apresenta ao mercado de trabalho.

- Reafirmar a política de contenção da inflação pelo método gradualista.

- Conservar um equilíbrio relativo na balança de pagamento.

- Levantar a cabo uma política de melhoramento da distribuição da renda individual e regional, de uma forma simultânea com o crescimento econômico.

- Preservar a estabilidade social e política com garantia de participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores, e em geral de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, em suas diferentes manifestações.

- Adiantar o desenvolvimento sem deteriorar a qualidade da vida e, em particular, sem devastar o patrimônio de recursos naturais do país (República Federativa do Brasil, **II Plano de Desenvolvimento, 1975 - 1979**, págs. 28 e 29).

Especialmente os três últimos aspectos têm relevância com relação à microplanejamento da educação ambiental e quanto à necessidade de que esta esteja integrada com o processo de desenvolvimento.

Em relação à segunda característica deve-se introduzir o caráter interdisciplinar da educação ambiental e portanto da microplanejamento. A análise da problemática e a busca de soluções e alternativas que permitam o desenvolvimento da ação ambiental e da educação do meio ambiente, requerem, a participação interdisciplinar enquanto conhecimentos, atitudes e capacidades para enfrentar os problemas do meio ambiente. No caso da Ceilândia por exemplo, elaborou-se em 1975 um "Projeto Integrado de Promoção Social e Humana da Ceilândia" (Distrito Federal, **Projeto Integrado de Promoção Social e Humana de Ceilândia**, 18 de dezembro de 1975), considerando ações em diversos campos com o objetivo, a curto e médio prazos, de preparar a população da Ceilândia para receber, utilizar adequadamente e conservar a infra-estrutura e os equipamentos comunitários e, com o objetivo a longo prazo de melhorar o meio ambiente, os padrões sócio - culturais e de saúde da

população. Este projeto foi elaborado por uma equipe interdisciplinar.

No que diz respeito à terceira característica a microplanejamento deve deixar de ser um instrumento técnico sofisticado, manejado por pequenos grupos de especialistas, para converter-se em um instrumento de fácil manejo pela população que vive os problemas do meio ambiente e que devem ser atuantes na superação dos mesmos. A microplanejamento deve permitir que os membros da comunidade analisem os problemas de seu meio ambiente, utilizando sua linguagem para sua descrição e para busca de soluções originais, tendo em conta a natureza de sua de sua própria realidade física e ambiental, assim como as características e as origens sócio - culturais dos seus moradores.

A quarta característica se refere a participação dos diversos grupos populacionais da microplanejamento da educação ambiental. Esta característica está intimamente ligada com a anterior, pois não só se requer que a microplanejamento seja acessível e manejada pelos membros da comunidade, como também é mister que a população local participe das decisões que tenham a ver com o meio ambiente no qual estão instalados. A microplanejamento deve ter em conta que uma comunidade é um espaço social gerador do desenvolvimento integral de toda ela e, portanto, a microplanejamento se converte em uma "planejamento participativa" porque requer a participação de todos os membros da comunidade nas decisões que afetam o futuro.

No documento do seminário Regional de Bogotá se assinala que "a educação ambiental promove a participação da comunidade no processo educativo, pois esta vinculação com a escola é uma condição indispensável para colocar o educando em contato com o meio que o rodeia e possibilitar uma interação permanente entre ambos" (Programa Internacional de Educação Ambiental da UNESCO - PNUMA, Reunião Regional... op. cit. pág. 16). Em uma comunidade todos e cada um de seus membros têm algo a ensinar e aprender e, portanto a participação da população é muito importante em um processo de microplanejamento, especialmente quando se trata dos assuntos concernentes ao meio ambiente.

No **Projeto Integrado** da Ceilândia, mencionado anteriormente, se estabelece como princípio básico e fundamental o esforço de cada habitante, pois se disse: "aquilo que se consegue com esforço próprio é infinitamente mais significativo e valorizado que aquele que se consegue sem nenhum esforço" (Distrito Federal, **Projeto Integrado...** Op. cit. pág. 8).

Por outro lado, tem de se levar em conta que, como indica o Plano a Médio Prazo da UNESCO, na problemática do objetivo 7.7, "muitas pessoas nascem e crescem num ambiente já bastante deteriorado, que lhes parece perfeitamente normal", e para tanto a característica de participação da microplanejamento da educação ambiental, permite incentivar nos membros da comunidade o conhecimento de sua realidade e a necessidade de atuar sobre ela para conseguir superar os problemas do seu meio ambiente.

A quinta característica se refere ao fato de que a microplanejamento da educação ambiental deve ser uma ação permanen-

te e contínua, devido às constantes mudanças que se experimentam. No documento do Seminário de Bogotá está escrito: "O mundo em que o homem vive está em constante mudança. Os diversos aspectos do ambiente natural e do criado pelo homem variam no tempo, definindo novas configurações biofísicas e novas estruturas sociais e culturais, e, portanto, novas problemáticas. A educação ambiental deve adaptar - se permanentemente a elas, para dar uma resposta adequada às novas situações". Isto significa a necessidade de aplicar permanentemente e continuamente a técnica da microplanejamento, para encontrar soluções para a nova problemática e para formular alternativas que vão superando paulatinamente os múltiplos problemas que se apresentam em uma comunidade. Além disso, tendo em conta que a educação é um processo permanente, a microplanejamento deve se orientar no cumprimento deste princípio básico.

Neste ponto é importante transcrever o aspecto histórico da Ceilândia, contido no Projeto já mencionado, porque mostra as mudanças que vêm se operando na comunidade.

"Com a implantação de Brasília, a construção civil absorvia um grande número de trabalhadores, sem exigência de especialização, evidenciando - se uma migração até esta região.

Estes trabalhadores, com pequena renda salarial, se aglomeravam em torno das obras, permanecendo nesse lugar depois de construídas. Progressivamente, estas aglomerações foram sendo transferidas para a invasão do IAPI, formada em torno de um hospital. Perto da Vila do IAPI formaram - se outros núcleos habitacionais tais como: Vila Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Morro do Querosene, etc... O total desses agrupamentos chegava aproximadamente a uma cifra de 82.000 habitantes.

Em março de 1970, criou - se uma Comissão de Erradicação de Favelas composta por representantes de diversos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, com o objetivo de estudar a realidade das favelas e a importância de sua erradicação. Posteriormente foi criado o Grupo Executivo de Remoção (GER) para preparar, orientar e motivar os habitantes das invasões para a mudança. Paralelamente ao GER foi organizada a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI) com fins assistenciais.

Em 1971 o Governo do Distrito Federal através da Secretaria de Serviços Sociais, transferiu os habitantes daquelas invasões, mediante critérios preestabelecidos, para uma área próxima a Taguatinga, que foi denominada Ceilândia considerando como princípios básicos:

— Melhoria das condições de vida da população marginalizada, oferecendo - lhes possibilidades de integração da comunidade do Distrito Federal.

— Proteção sanitária da população das favelas e da população em geral, tendo em conta que quase a totalidade das favelas se encontram às margens do rio que desemboca no Lago Paranoá.

— promoção social das famílias das favelas.

— preservação do plano urbanístico de Brasília.

Nesta ocasião, uma pesquisa de interesses constatou como prioridades para a população: 1º - lote, 2º - escola; 3º - ônibus, 4º - água, 5º - luz, 6º - casa.

A idéia inicial foi de transferir essas populações para "barracos" (habitações provisórias), para mais tarde, na medida das possibilidades financeiras, a concretização de suas aspirações, construir casas definitivas, considerando esse núcleo habitacional com toda a infra-estrutura e equipamentos comunitários necessários para a vida urbana.

Os barracos foram transferidos para a Ceilândia na época prevista sem que a população pudesse contar com a infra-estrutura e os equipamentos comunitários, situação que gerou uma série de problemas, principalmente na área de saneamento e serviços básicos" (Distrito Federal, **Projeto Integrado...** op. cit. págs. 9, 10, 11).

Finalmente, a sexta e última característica considerada, propõe que a microplanejamento da educação ambiental considere o enfoque da planejamento - objetivo e não o de uma planejamento - recurso; quer dizer, trata - se do processo de planejamento determinar os objetivos e despendê-los das necessidades de recursos, avaliar as disponibilidades destes e, nos casos de escassez, visualizar alternativas para conseguir os déficits correspondentes. O uso da planejamento - recurso limita as possibilidades de desenvolvimento da comunidade, pois as ações, programas e projetos são gerados tendo em conta as possibilidades de recursos, sem nenhum esforço para encontrar novas fontes ou mecanismos de financiamento. Neste ponto deve - se ter cuidado ao considerar os objetivos que possam ser realizáveis, tendo em conta as possibilidades e potencialidades no tempo certo. Em outras palavras, deve - se evitar iniciar a microplanejamento com objetivos inalcançáveis, fora da realidade. Nas comunidades em que há necessidade de enfrentar múltiplos problemas do meio ambiente, é conveniente outorgar prioridades, dentro de um prazo determinado.

Juan Chong
(Técnico da UNESCO)